

LITERATURA, CRÍTICA LITERÁRIA E IMAGINAÇÃO HISTÓRICA: DESAFIOS DA LINGUAGEM¹

Maria Luíza Ferreira Laboissière de Carvalho²

RESUMO: As relações entre literatura e história desencadearam e promoveram a crise dos paradigmas de análise da realidade, a descrença nas verdades legitimadoras e a interdisciplinaridade. A crítica literária oferece caminhos importantes que levam a uma nova perspectiva interpretativa de textos e contextos do passado. A imaginação histórica não pode ser inteiramente separada da literatura ou da filosofia ou de outras linguagens disciplinares, ainda que nunca seja idêntica a esses outros discursos. Este trabalho visa promover uma discussão sobre os aspectos teórico-literários ressaltados, estabelecendo um contraponto entre o romance histórico e a metaficção historiográfica, bem como analisar a construção literária da imaginação dialógica e histórica no romance *Chegou o governador* (1998), do escritor goiano Bernardo Élis.

PALAVRAS-CHAVE: Crítica literária, metaficção historiográfica, Bernardo Élis.

ABSTRACT: The relation between literature and history encouraged and promoted a paradigm shift for analysing reality. According to this view, it is not believed that legitimate truths and interdisciplinary studies are part of this paradigm. Literary criticism offers important means which lead to a new interpretative perspective for past texts and contexts. The historical imagination cannot be separated from literature or philosophy, or other disciplinary languages, even though it is never identical to other discourses. This study examines the emphasis on theoretical - literary aspects and identifies the counterpoint to historical ro-

1 Artigo vinculado ao Projeto de pesquisa cadastrado na Pró-Reitoria de Pesquisa – PROPE-UCG/: Literatura. História. Memória: uma cartografia do romance metaficcional historiográfico em Goiás.

2 Doutora em Teoria da Literatura pela. UNESP/ São José do Rio Preto, SP. Professora do Departamento de Letras e do Mestrado em Letras: Literatura e Crítica Literária/Universidade Católica de Goiás – UCG, Goiânia. mluiza.carvalho@hotmail.com

mance and historiographic metafiction, as well as analyzes the literary construction of the dialogical and historical imagination in the romance *The Governor Arrived* (*Chegou o governador*, 1988), by the writer Bernardo Élis, native of the state of Goiás, Brazil.

KEY-WORDS: Literary criticism, Historiographic metafiction, Bernardo Élis.

Introdução

As críticas da história e da ficção estão mais concentradas em suas semelhanças que em suas diferenças. A verossimilhança, mais do que qualquer verdade objetiva, é fonte geradora tanto de ficção quanto de história. Ambas se deixam identificar como elaborações linguísticas, como discursos opacos e quase sempre intertextualizados. A análise que faremos em *Chegou o governador*, romance do escritor goiano Bernardo Élis, divide-se em duas instâncias: a de observar as relações intertextuais que Bernardo Élis tece entre a história e a literatura; a de analisar a proposta de descentralização para uma construção de perspectiva múltipla e excêntrica de narrativização.

Tendo o escritor liberdade de tecer a sua trama em várias unidades e de escapar da sucessão linear da história, Bernardo Élis estrutura sua narrativa criando ao mesmo tempo, via epígrafes, um registro historiográfico, com base em textos de historiadores. Assim as técnicas da representação ficcional, utilizadas para criar versões imaginárias dos mundos históricos e reais, foram sendo retomadas de relatos de historiadores.

Disposta a explorar os dois gêneros permeáveis, devido às suas fronteiras elásticas, a metaficção historiográfica permite ao leitor o prazer da dupla conscientização: a do embasamento real e a da natureza fictícia. Nesse sentido, Bernardo Élis transita nas duas áreas, a da história e a da ficção, e, ao criar uma personagem da margem para subverter a referencialidade histórica, alcança o universo da metaficção historiográfica.

O presente estudo fundamenta-se nos pressupostos teóricos levantados por Hayden White (1994), em *Trópicos*

do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura. Percorre os estudos de metaficção historiográfica, contidos em *Poética do pós-modernismo* de Linda Hutcheon (1991) e também retoma os estudos de Peter Burke (1992), em *A escrita da história*. Na introdução, intitulada “A tropologia, o discurso e os modos da consciência humana”, Hayden White afirma que os ensaios que compõem a coletânea se ocupam do elemento trópico contido em todo discurso, seja do tipo realista seja do tipo mais imaginativo. Acredita o autor que esse elemento não possa ser expungido do discurso das ciências humanas, por mais realista que aspire a ser. Trópico é a sombra da qual todo discurso realista tenta fugir. Entretanto esta fuga é inútil, pois trópico é o processo pelo qual todo discurso constitui os objetos que ele pretende descrever realisticamente e analisar objetivamente. Dessa forma, a nossa discussão paira sobre o discurso, sobre a linguagem, na convicção de que todo ele é um construto linguístico e, como tal, sujeito às subjetividades e interferências autorais.

Peter Burke (1992, p.348) afirma que “[...] é provável que os historiadores possam aprender algo, a partir das técnicas narrativas, pois não são livres para inventar seus personagens, ou mesmo as palavras e os pensamentos de seus personagens”. Mostra, então, como alternativa, a apresentação de revelar o relacionamento entre os acontecimentos, expondo estruturas com variados pontos de vistas. E Hayden White (1994, p. 63) ainda reforça: “[...] precisamos de uma história que nos eduque para a descontinuidade de um modo como nunca se fez antes; pois a descontinuidade, a ruptura e o caos são o nosso destino”.

Segundo Hutcheon (1991), a narrativa metaficcional historiográfica retoma o texto histórico e o utiliza como artefato literário numa construção de multiplicidade de perspectivas narrativas em um processo de descentralização, deixando que a história seja contada por outras vozes que não a dos personagens-tipo, como acontece nos romances históricos.

Deixando de ser um ponto fixo, a palavra literária, em busca de seu estatuto, passa a ser um cruzamento de superfícies textuais, dentre as quais Bakhtin (2006) menciona

a história e a sociedade como textos lidos pelo escritor e nos quais ele se insere no momento da escritura. O significado textual remete a outros significados discursivos, de modo a serem legíveis, no enunciado poético, vários outros discursos. Cria-se, assim, em torno do significado poético, um espaço textual múltiplo, cujos elementos são suscetíveis de aplicação no texto poético concreto. Denominaremos este espaço de intertextual. No fazer de Bernardo Elis, a intertextualidade implica uma perspectiva e uma imaginação históricas. Em seu texto, descobre-se uma maneira de ler o texto da realidade, uma maneira de ler a história.

A narrativa metaficcional historiográfica resgata a história, pois tem como objeto de atenção tanto a ficção quanto a historiografia. Dessa maneira, o pós-modernismo repensa a questão da negação da representação que fora legada pelas estéticas do romantismo e do modernismo. Preocupado em questionar a referencialidade, o pós-modernismo repensa a relação problemática da realidade com a arte, acrescentando que a discussão em relação ao referente é sempre feita ironicamente, o que significa que o anseio pelo retorno do referente não tem mais o caráter de ingenuidade.

A intenção da metaficção historiográfica é de redefinir as condições de valor e de redação da história e não de tirar-lhe o seu valor. Dessa forma, o ficcional e o histórico em *Chegou o governador* ficam vinculados por um narcisismo discursivo, servindo o relato histórico como intertexto para a ficção. Constituída no discurso e como discurso, a metaficção historiográfica é fictícia e histórica, procurando evitar a separação entre o cognitivo e o poético. E, dessa forma, a narrativa passa a questionar com seu leitor a maneira outra de se conhecer a realidade pretérita: pela pluralidade da palavra poética o escritor deixa a história ser lida pela ficção.

Imaginação dialógica e imaginação histórica em *Chegou o governador*

O objetivo específico deste trabalho é o de analisar os discursos da história e da ficção presentes na obra *Chegou o governador*, de Bernardo Elis. A presença narrativizada

do fato histórico provoca o descentramento do sujeito, o perspectivismo múltiplo, o senso de pluralismo, atestando a possibilidade de se fazer, pela plurivalência da palavra poética, uma releitura da história.

Para tais considerações, serão retomados conceitos de Foucault (2002) encontrados em *As palavras e as coisas*: uma arqueologia das ciências humanas. Registra-se, neste estudo, a importância do trabalho de Gregolin (2004) sobre as articulações entre o discurso, o sujeito e a História. Segundo a autora:

O propósito da análise foucaultiana é desconstruir a idéia de sujeito como origem e fundamento dos sentidos, e, para isso, é preciso se livrar da idéia do sujeito constituinte, a fim de chegar à figura do sujeito imerso na trama histórica (GREGOLIN, 2004, p. 101).

Gregolin revisita e interpreta os conceitos de Foucault, focalizando a importância do estudo do sujeito como “figura discursiva”. É esse viés, o do estudo do sujeito como figura discursiva, que se pretende traçar nesta análise da obra *Chegou o governador*. Para tal empreendimento, torna-se imprescindível destacar e pontuar os conceitos revisitados: o de descontinuidade; o de problematização; o da noção de discurso como construção e constituição ativa de uma sociedade; e o da interdependência das práticas discursivas de uma sociedade ou instituição: os textos sempre recorrem a outros textos contemporâneos ou historicamente anteriores e os transformam em intertextos.

No decorrer desta análise, pretende-se mostrar como tais conceitos podem ser operacionalizados na narrativa metaficcional historiográfica. É intenção também analisar como o romance em análise se encontra estruturado discursivamente nas linhas de representatividade ficcional e histórica, e como o sujeito – a personagem Ângela – vai se estruturando sob essas linhas de representatividade.

No romance de Bernardo Élis, os textos da historiografia de Goiás, escritos em sua maioria por Auguste de Saint-Hilaire (1875) e por Cunha Mattos (1824), são apresentados como epígrafes dos capítulos, permitindo-se fazer uma dupla leitura da História: uma, via intertextos historiográficos; outra,

via ficção, como instância de interpretação e de reinvenção desses fatos históricos. No texto de apresentação de *Chegou o governador*, o escritor Bernardo Élis (1998) afirma:

Será este um romance histórico? Digo que não. Urdido com os mesmos fios da história, tenta ir mais longe ao interpretar fatos passados ou reconstituir globalmente um texto perdido, sem maiores comprometimentos com o documentário. Aqui figuram seres, ações e situações reais e fictícias, tudo na compreensão de que caiba na medida de seu tempo.

O romance “interpreta” os fatos históricos de Goiás, no período de 1804-1809, e desenvolve-se em torno de duas personagens: o governador da capitania Vila Boa de Santana de Goiás, atual Goiás, o jovem Capitão-General D. Francisco de Assis Mascarenhas, descendente de um ramo da Casa de Bragança reinante em Portugal; Ângela Ludovico, filha de uma das melhores famílias goianas. Ainda, no comentário de apresentação, Bernardo Élis (1998) nos informa:

Goiás, que fora o segundo maior produtor de ouro do Brasil, passava pela maior fase de decadência de sua história, com a produção aurífera quase extinta e sem qualquer outro rendimento, com a população muito reduzida, várias povoações abandonadas e despovoadas, como também despovoadas e abandonadas jaziam as famílias agrícolas e de criação de gado. Sem recursos para estudar, sem trabalho, sem meios para abandonar a região, era incontável o número de vadios e prostitutas, num ambiente dominado pela inveja, intriga, desonestidade, preguiça e pobreza.

Saint-Hilaire (1975) conheceu o Brasil no século XIX. Em 1819, percorreu a província de Goiás, coletando informações sobre a história pátria, a geografia, a etnografia, a fauna e a flora. Nessa historiografia de Goiás, temos uma variedade de registros culturais, políticos e sociais; os de cunho social são extremamente significativos para a estruturação da narrativa de Bernardo Élis

A obra de Foucault (2002) estabelece uma relação crítica com a História por colocar em questão os métodos, os limites

e os temas próprios da História tradicional, questionando o fato de ela voltar seu olhar para os longos períodos e de acentuar a importância dos estados de equilíbrios, consenso e continuidades. Dessa forma, argumenta o autor, ocorre uma diluição de alguns aspectos, tais como a dispersão, o dissenso, os acidentes, a descontinuidade. Foucault propõe uma história que problematiza o passado, a fim de desvelar suas camadas arqueológicas, e se volta para uma crítica do presente. Buscando a superfície dos acontecimentos, os detalhes, as mudanças, a Nova História é tributária da história-problema.

As descontinuidades estéticas evidenciam-se também pelas formas de raciocínio e pelas noções de sujeito empreendidas por elas. Anunciada no romantismo, a estética moderna tem como forma de raciocínio o consenso e, conseqüentemente, a criação de um estatuto do sujeito. A estética pós-moderna adota o paradoxo, o dissenso como forma de raciocínio, e o seu empreendimento é o da desconstrução do sujeito. Os trabalhos da Nova História, nessa linha da representatividade paradoxal, asseguraram uma novidade no saber histórico, problematizando aspectos tais como a metodologia da descontinuidade e adotando modelos mais complexos do que a relação de causalidade.

Foucault (2002) prioriza o conceito de descontinuidade e destaca que a linearidade, tão presente na História tradicional, acaba sendo uma forma de proteger a soberania do sujeito. Vista em sua dispersão e descontinuidade, a História deixa de ser o lugar da certeza e da continuidade.

A Nova História tem como princípio a problematização do objeto que, tradicionalmente, foi matéria-prima do historiador: o documento que reconstitui o passado, reduzindo-o a um silêncio decifrável. Essa concepção tradicional de História evidencia o velho sonho do historiador positivista que era o de assistir à produção objetiva da história pelos documentos. O discurso histórico sempre teve a objetividade como característica distintiva. No entanto a certeza e a acessibilidade do contexto histórico são frágeis porque, segundo Le Goff (1998, p. 54), os documentos históricos são lidos e interpretados pelo olhar de historiadores. Um mesmo fato histórico pode ainda ser contado sob diferentes pontos

de vista; sendo assim, o autor do texto histórico – como na literatura ou no texto científico – é apenas, e sempre, efeito construído pelo discurso, efeito esse de interpretação, de retomada do documento como monumento.

Essa nova visão da história amplia o campo do documento histórico que passa a ser reconhecido como uma multiplicidade de documentos – escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais etc. Entendendo a História como interpretação, há uma mudança na concepção de “sujeito da história” que não se aplica aos grandes homens envolvidos em grandes acontecimentos políticos, diplomáticos, militares. O que interessa a Foucault é a esfera discursiva, e não o referente, que continua sendo o objeto por excelência do historiador.

A narrativa metaficcional historiográfica dialoga com os postulados da Nova História em três aspectos. O primeiro aspecto consiste na preocupação com o acontecimento, com a narrativização, e não apenas com o fato histórico (Le Goff, 1998, p. 25-57); o segundo, no descentramento do sujeito da história, provocado por outros pontos de vista: o das “massas dormentes”, o dos “ex-cluídos”; o terceiro, na esteira de raciocínio de Hayden White, procura enfatizar que tudo é construto linguístico; tudo é problematização; relativização. Assegura o autor:

O historiador não presta nenhum bom serviço quando elabora uma continuidade especiosa entre o mundo atual e o mundo que o antecedeu. Ao contrário, precisamos de uma história que nos eduque para a descontinuidade de um modo como nunca se fez antes; pois a descontinuidade, a ruptura e o caos são o nosso destino (WHITE, 1994, p. 63).

A linha de separação entre os discursos ficcional e histórico vê-se instalada e depois indefinida na narrativa de metaficcção historiográfica. Observa-se nela uma recuperação da história, incluindo-a como objeto de atenção e de questionamento do percurso paradoxal da referencialidade, uma vez que a verossimilhança, mais do que qualquer verdade objetiva, é fonte geradora tanto de ficção quanto de história. Segundo Hayden White (1994, p. 105-6), os dois discursos

se deixam identificar como elaborações linguísticas, como discursos opacos e quase sempre intertextualizados. Os contadores de história bem como os de fábulas literárias silenciam, diminuem e excluem certos acontecimentos e pessoas do passado. A metaficção historiográfica desmarginaliza o literário por meio do confronto com o histórico, contestando tanto a originalidade artística quanto a transparência da referencialidade histórica.

Lúkacs (1962) elabora as características do romance histórico. Embasada nesse estudo, Hutcheon (1991) delinea os perfis do romance histórico e do metaficcional historiográfico. O romance histórico, na concepção de Lúkacs, encena o processo histórico por meio da apresentação de um microcosmo que generaliza e concentra. Portanto o protagonista deveria ser um tipo, uma síntese do geral e do particular, de todas as determinantes essenciais em termos sociais e humanos. A partir dessa definição e na concepção de Hutcheon, fica claro que os protagonistas da metaficção historiográfica podem ser tudo, menos tipos propriamente ditos: são os excêntricos, os marginalizados, as figuras periféricas da história ficcional.

Em *Chegou o governador*, é uma voz de mulher – Ângela – que direciona a narrativa. O jogo narrativo mostra-se descentralizado; o que se nos apresenta é uma história vista por baixo, uma história das mulheres, na concepção de Burke (1992). A problematização está centrada no questionamento da noção de consenso – o concubinato como regra geral da sociedade da época – para uma noção de dissenso. Nesse sentido, a narrativa é um trabalho de perlaboração, de reescrita, por repensar sobre a visão cartesiana da mente como um sistema fechado. A perspectiva vê-se aí descentralizada, e a sociedade, como realidade social, mostra-se estruturada por uma forma plural de discursos.

O trabalho de Foucault (2002) é uma grande contribuição para o processo de descentramento do sujeito. É retomado aqui para tentar localizar a questão dos efeitos da prática discursiva sobre a identidade, fazendo com que essa esfera discursiva sirva como pista principal de pesquisa social. Assim discurso e subjetividade têm posição dialética, por considerar os sujeitos sociais moldados pelas práticas dis-

cursivas e capazes também de remodelar e de reestruturar essas práticas.

Os textos da historiografia goiana encadeiam e caracterizam a tessitura da narrativa de Bernardo Élis. Avaliando os acontecimentos discursivos em *Chegou o governador*, focaliza-se na personagem Ângela uma atenção maior para que se possam observar, em sua função enunciativa, as relações estabelecidas entre discurso, sujeito e história. O sujeito do enunciado não pode ser reduzido aos elementos gramaticais, pois ele é historicamente determinado, o que faz com que não seja o mesmo de um enunciado a outro, e a função enunciativa pode ser exercida por diferentes sujeitos. Por isso um mesmo indivíduo pode assumir, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições de sujeitos.

A personagem Ângela assume, na narrativa, diferentes posições de sujeito. Inicialmente, sentindo-se já apaixonada pelo governador da capitania de Vila Boa de Santana de Goiás, D. Francisco de Assis Mascarenhas, articula, com ele, estratégias sobre como conduzir a relação amorosa no mais completo sigilo. Parte dela uma relação de comando, como sugere o texto: “Vosmecê tem a seu serviço uma senhora que está de governanta, a senhora Aleixa. Ela servirá de ligação entre nós, mas é bom que disso ninguém saiba além de nós três: eu, vosmecê e Aleixa” (ÉLIS, 1998, p. 37).

Para que pudesse entrar despercebida no Palácio, lugar em que ia se encontrar com Francisco, Ângela se faz passar pela serviçal negra, tingindo-se de preto, como mostra o seguinte trecho:

Mal se passara talvez um quarto de hora, o governador ouviu que lhe batiam mansamente na porta. Sem perguntar, abriu e quem entrou foi uma pessoa embuçada numa capa. [...] Assim, fechada a porta, o governador delicadamente retirou a longa capa em que se embuçava o visitante, cujas vestes causavam admiração pelo luxo. Num gesto rápido, o jovem viu que a visita retirava as luvas pretas e delas saíam duas mãos alvas e delicadas que não lhe eram estranhas. [...] Ora, veja só! Era Ângela que ali estava na sua frente, o rosto bezuntado de azeite

e carvão para disfarçar-se em escrava. Sem receio de sujar-se com a tinta, o jovem abraçou e passou a beijar impetuosamente Ângela, que procurava, entre risos, detê-lo para antes lavar o rosto e livrar-se dos disfarces (ÉLIS, 1998, p. 85).

Diferentes posições, diferentes sujeitos. A personagem deixa-se caracterizar como apaixonada e, como tal, permite-se ser levada pelo contexto social da época e parece acomodar-se à condição de “amante” – comum às mulheres de sua sociedade.

Ângela, embora desenvolta e bem pouco ingênua para as moças de seu nível e idade, não fazia uma idéia clara de tudo. Casaria? Não casaria? Que importância havia no casamento numa terra de amigados! Ou por outra, que valeria o casamento numa terra em que os maridos possuíam dezenas de amantes de portas adentro e portas afora, com filhos naturais e legítimos misturados! O que sabia é que estava apaixonada pelo jovem nobre português e que via naquela aventura uma maneira de derrotar todas as mulheres de Goiás, todas as quais viam uma oportunidade como esta que se apresentou a Ângela como a suprema felicidade terrena. Podiam ser abandonadas, podiam ficar na miséria, podiam ficar cheias de filhos naturais, mas jamais se apagaria da memória do povo a preferência que lhe coube nos amores governamentais (ÉLIS, 1998, p. 86-7).

No decorrer da narrativa, percebe-se que o comportamento da personagem Ângela vai tomando um curso diferente. Optando por ser um sujeito de sua história, diferente do que tinha sido até então, o discurso da personagem toma outras dimensões e vai permanecer dessa forma até o final da narrativa, como se pode averiguar nos excertos a seguir:

Talvez pela gravidez, talvez pela melancolia do tempo, talvez pela lentidão com que tudo se movia ou se arastava em Goiás, o certo é que as relações entre os dois amantes deixaram de ser o céu aberto de outrora. Sempre que podia, Ângela se referia ao casamento ou ao filho, cuja legitimação exigia (p. 129)

[...] Dom Francisco estava irritado e respondeu com aspereza: – [...] O nosso filho nada exige nem requer. Quem está exigindo és tu e mais ninguém. [...]

Ângela era segura de si e sabia conversar. Não fora criada apenas como uma bonequinha que sabia ser nos seus momentos de feminilidade. [...] Pois meus direitos e os de meu filho ninguém tira. Luto por eles até o derradeiro alento, seja contra quem for (p. 130). [...]

Que é que o impede de casar comigo? Já é casado? Vosmecê disse que não era casado!

Deveras não sou casado. Sou totalmente livre. Tu, entretanto, sabes muito bem que existem certas exigências especiais para o casamento de nobres e reinóis, não sabes? Só devemos ou só podemos casar com mulheres de sangue limpo, sem mestiçagem, e que apresentem títulos de nobreza iguais ao nosso (p. 130). [...]

– Vocês é que são uns pulhas. Sinceramente não compreendo por que vocês portugueses não se recusam a ter filhos até com escravas, enquanto se negam a casar com brasileiras como eu (ÉLIS, 1998, p. 131).

Percebe-se, ao longo da narrativa, a estruturação de identidade(s) em torno da personagem Ângela e a estruturação de uma delas. Inicialmente, sob o ponto de vista da rede de construção das tramas oficiais da História e dos discursos dominantes, estrutura-se um sujeito alienado; na reinvenção e reinterpretação dos fatos e na multiplicidade de perspectivas narrativas, a ficção apresenta e destaca um sujeito com posição de sujeito.

Considerações finais

A literatura, a crítica literária e a história cultural promoveram, nos últimos tempos, uma constante tensão literária e historiográfica e uma maior disposição para buscas interdisciplinares acadêmicas. As relações entre literatura e história desencadearam e promoveram a crise dos paradigmas de análise da realidade, a descrença nas verdades legitimadoras e a interdisciplinaridade.

A imaginação dialógica fundamenta-se na interação entre tendências opostas na literatura e na vida; a imaginação histórica requer uma nova sensibilidade da linguagem para assegurar uma redefinição das fronteiras e prioridades da historiografia. A forma literária, por sua vez, libera a linguagem e desafia as categorias que imperam em outras esferas culturais, retratando as controvérsias internas com maior profundidade do que os outros textos.

Dessa forma, a crítica literária oferece caminhos importantes que levam a uma nova perspectiva interpretativa de textos e contextos do passado. A imaginação histórica não pode ser inteiramente separada da literatura ou da filosofia ou de outras linguagens disciplinares, ainda que nunca seja idêntica a esses outros discursos.

Este trabalho promoveu uma discussão sobre os aspectos teórico-literários ressaltados, estabelecendo um contraponto entre o romance histórico e a metaficção historiográfica, bem como analisou a construção literária da imaginação dialógica – literatura-história – no romance **Chegou o governador** (1998), do escritor goiano Bernardo Élis. O romance historiográfico privilegia um narrador tipo, considerado herói, pois fala sempre do centro; a narrativa metaficcional historiográfica considera a excentricidade dos protagonistas por eles representarem o discurso da margem. A presença narrativizada do fato histórico na metaficção historiográfica provoca o descentramento do sujeito, o perspectivismo múltiplo e o senso de pluralismo.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Tradução Michel Lahud & Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

BURKE, P. **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Ed. da Unesp, 1992.

CARVALHO, Maria Luíza F. L. **Tradição e modernidade na prosa de Miguel Jorge**. Goiânia: Ed. da UFG, 2000.

CUNHA MATTOS, R. J. da. **Corografia histórica da Província de Goiás**. Governo de Goiás: Ed. Convênio Sudeco, 1824.

ÉLIS, Bernardo. **Chegou o governador**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GOMES, H. **A produção geográfica em Goiás**. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso**: diálogos & duelos. São Carlos: ClaraLuz, 2004.

HUTCHEON, L. **Poética do pós-modernismo**: história, teoria e ficção. Tradução Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LÚKACS, G. **A teoria do romance**. Tradução Alfredo Margarido. Lisboa: Editorial, 1962.

PALACIN, L.; MORAES, M. A. S. **História de Goiás**. Goiânia: Ed. da UCG, 1994.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de Goiás**. Tradução Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

WHITE, H. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. Tradução Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Ed. da UNESP, 1994.